NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 06/Dez

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1873 | 2017

Estatuto da Segurança Privada continua pautado para votação no Senado

Pautado para ser votado no Plenário do Senado Federal desde a semana passada, o SCD nº 6/2016, conhecido como Estatuto da Segurança Privada, pode finalmente ser apreciado nesta quarta-feira (6). O atraso na votação se deve por divergências em relação a Transporte de Valores e atuação de portadores de deficiência física, questões que, para a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), podem ser superadas.

Foi incluída na proposta de supressão a isenção de empresas de segurança privada de cumprirem a lei de cotas para deficientes e menores. Sobre a idade, a CNTV não se opôs, uma vez que para exercer a atividade de vigilante é necessário ter no mínimo 21 anos. Sobre a tentativa de descumprirem a lei de cotas, a CNTV já se posicionou contrária e continua trabalhando pela inclusão. "O senador Paulo Paim é grande defensor dessa questão e já se propôs a apresentar um Projeto de Lei para especificar essa questão não apenas na segurança privada, mas em outros setores também", esclareceu o presidente da CNTV, José Boaventura.

"Precisamos acabar com o estigma de que deficientes físicos não podem atuar na segurança privada. Temos visto modelos de sucesso na Colômbia, Argentina e outros países. Para nós, esse é um assunto com solução objetiva", declarou.

Outro item que tem gerado debate e atrasado a votação é a proibição de bancos possuírem ações em empresas de Transporte de Valores. A CNTV pediu supressão por entender que os trabalhadores não podem ser contaminados e ter tantos avanços impedidos com base em um problema de disputa de mercado.

Há ainda uma incorreção no texto que saiu da CAS, que foi a permissão de cooperativas de trabalho. "O relator Vicentinho já se comprometeu a corrigir isso porque não admitimos cooperativas ou autônomos no nosso setor. Resolvido isso, o Estatuto tem nosso total apoio, pois cria emprego na área de parques públicos, monitoramentos e eventos, além de atualizar a lei vigente há 34 anos", afirmou Boaventura.

Além de Boaventura, acompanham as discussões no Senado os diretores da CNTV José Inácio Cassiano de Souza, Márcio Figueredo, Chico Vigilante, além dos companheiros no Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF).

Fonte: CNTV

Senado vota projeto sobre transporte de valor

O Congresso Nacional pode restringir ainda mais a concorrência em um mercado já investigado por suposto cartel no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Primeiro item da pauta do Senado hoje, o projeto que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras traz, entre outras mudanças, um dispositivo que impede que bancos possuam companhias de transporte de valores. Para fontes ouvidas pelo Valor, o alvo é a TBForte, que pertence à TecBan, empresa que opera os caixas eletrônicos do Banco24Horas e tem como acionistas Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil (BB), Itaú, Santander, Bradesco e Citi.

Hoje, a TBForte tem cerca de 5% do mercado, mas é vista como um competidor relevante. Documento obtido pelo Valor mostra que a entrada da TBForte em um pregão da Caixa em 2016 para atendimento de agências em São Paulo puxou para baixo os preços dos lances vencedores na comparação com pregão semelhante em 2011. A Caixa pagou até 59% menos pelo atendimento de uma superintendência regional a partir do pregão do ano passado. A menor queda foi de 44%. No período, a inflação acumulada foi de 38,6%. A única alta foi justamente no pregão do qual a TBForte não participou. O mercado de transporte de valores está concentrado em um punhado de empresas que juntas detêm 80%. Entre elas, está a Prosegur, de origem espanhola, que já foi punida por práticas anticoncorrenciais em seu país de origem.

A Comissão Nacional dos Mercados e da Competição, o Cade espanhol, multou a empresa e uma filial em quase € 40 milhões (pouco mais de R$ 125 milhões) por dividir o mercado, tabelar preço e trocar informações sensíveis por sete anos. A decisão é de novembro do ano passado. Procurada, a Prosegur não comentou o assunto. No Brasil, a estrutura do mercado de transporte de valores é investigada pelo Cade após a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) denunciar um suposto cartel em uma licitação realizada em 2004 para atender unidades no Distrito Federal. De acordo com a denúncia, haveria a "combinação prévia dos preços praticados nos certames e intimidação dos concorrentes nos pregões presenciais, coagindo-os para que desistam de ofertar lances verbais". O processo administrativo investiga 22 empresas, dois sindicatos e 17 pessoas físicas.

Entre elas está a Confederal, controlada por uma holding cujo principal acionista é o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Ao instaurar o processo, o Cade afirmou que "a gravidade dos indícios apontados requer sério empenho investigativo das autoridades responsáveis". Procurada, a Confederal disse que não tem conhecimento sobre o assunto e, portanto, não pode comentar. Eunício afirmou,

em nota, que é contra qualquer restrição à livre concorrência. Além disso, o Cade já condenou empresas do setor por infringir a ordem econômica. A Proforte teve que desembolsar R$ 2,719 milhões por abusar de sua posição dominante no transporte de valores para a Caixa em Goiás.

A Rodoban também teve que pagar R$ 318 mil por comportamento semelhante em Belo Horizonte. O risco representado pela entrada de bancos no setor foi reconhecido pela Prosegur no seu prospecto de IPO. Ao elencar os riscos para a empresa, ela incluiu a criação de empresas do ramo por bancos e outros clientes das transportadoras de valor. A Associação Brasileira de Empresas de Transporte de Valores (ABTV) defende a aprovação da regra. "A Tecban, com a TBforte, é competidora das empresas em determinadas localidades e é cliente das empresas em outras. Quando faz cotação, ela tem abertura de preços de todas as empresas. Não tem limitação de governança da TecBan de usar essas informações onde elas prestam serviço", apontou o diretor jurídico da entidade, Rubens Schechter.

Para a ABTV, não há problemas em bancos realizarem o serviço de transporte de valores organicamente, ou seja, que assumam o transporte apenas para atividades próprias. O ponto defendido pela entidade patronal é que essas empresas orgânicas não podem atuar no mercado como um todo e passar a competir com transportadoras que prestam serviços a terceiros. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) é favorável ao projeto como um todo, mas contrária ao artigo que restringe a atuação de bancos. Em outubro, o diretor da Febraban, Leandro Vilain, ressaltou que o projeto tem méritos e foi bastante discutido, principalmente durante sua tramitação na Câmara dos Deputados. Mas argumenta que esse ponto em específico desmantela a atuação da TBForte e assegura uma reserva de mercado justamente aos maiores grupos já existentes.

Originalmente, o projeto, de 2010 e cujo autor é o hoje prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella (PRB), visava estabelecer um piso nacional aos trabalhadores de empresas de vigilância e transporte de valores. Foi bastante alterado ao longo dos anos até chegar ao formato atual. O assunto movimenta um lobby pesado no Senado. A votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), último passo antes do envio da matéria ao plenário, foi um bom exemplo. Em uma véspera de feriado, 17 senadores compareceram às 9h da manhã à sessão do colegiado - horário normalmente pouco prestigiado - para dar aval ao projeto. Um destaque para derrubar o artigo que afeta a TecBan foi apresentado, mas derrotado.

Relator do projeto, o senador Vicentinho Alves (PR-TO) alega que, pela proposta, os bancos podem ter as suas empresas orgânicas para transportar os seus serviços. Mas não para terceiros. A princípio, a matéria ainda deveria passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Mas a aprovação de um pedido de urgência permitirá que o parecer de constitucionalidade seja dado direto no plenário, onde também será votado o mérito da proposta. Os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Romário (Pros-RJ) devem apresentar requerimentos para que o texto seja discutido pela CCJ. Se aprovado, o projeto segue para sanção presidencial.

.

Fonte: Valor Econômico

Nova CNV é apresentada em reunião da CCASP

Os integrantes da Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada (CCASP), reunidos no final de novembro na 114ª reunião, puderam conhecer o novo modelo da Carteira Nacional de Vigilantes (CNV). A previsão é que seja adotada já em março do próximo ano, e a substituição será de forma progressiva, de acordo com os respectivos vencimentos. A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) foi representada pelo presidente, José Boaventura.

Os parâmetros mínimos necessários da fotografia no documento serão enviados posteriormente pelo Departamento de Polícia Federal. A CNV poderá ser impressa em PVC e com QR-CODE. Algumas novidades já foram definidas, tais como controle da fiscalização do DPF com possibilidade de validação através do QR-CODE pelo celular do policial fiscalizador e previsão de evolução para formato e-CNV e utilização diretamente no celular do vigilante.

Grupos de Trabalho

Um novo prazo foi concedido para o Grupo de Trabalho (GT) sobre a utilização de injetor de poliuretano em cofres de bases de transportadoras de valores. Isso porque a CNTV não concorda com o relatório apresentado, pois não participou de sua elaboração e não tem conhecimento do seu teor. O DPF aumentou em 60 dias o prazo para conclusão dos trabalhos deste grupo será estendido em sessenta dias e o mesmo terá mediação da Coordenação.

Sob coordenação da Contraf-CUT, o GT sobre novas tecnologias bancárias expôs o relatório das atividades desempenhadas, bem como as dificuldades que enfrentaram para ingressarem nas instituições financeiras com o objetivo de conhecerem as atuais tecnologias adotadas. O acesso ficou limitado a somente um modelo de cofre inteligente adotado por duas instituições bancárias no Estado do Pará. O representante da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) esclareceu a impossibilidade legal de exigir aos bancos que permitam a visita. Contudo, foi assumido o compromisso de se fazer novas tentativas. Dessa maneira, ficou definido que, caso o grupo não tenha acesso às tecnologias no prazo de 60 dias, será proposto um workshop com a finalidade de possibilitar que as empresas de tecnologias exponham os produtos que tem oferecido às instituições financeiras.

Foi criado ainda um novo GT com o objetivo de estabelecer padrões mínimos, fundados em estudos técnicos, para o receptáculo de guarda de material controlado em todos os postos de serviço, sob coordenação da Fenavist.

Esta foi a última reunião de 2017 e também a despedida do Delegado Rogério Viana Galloro, Diretor-Executivo da PF, da função de coordenador da reunião. Ele deve deixar o cargo para assumir a Secretaria Nacional de Segurança no MJ.

Fonte: CNTV

Julgamento do Dissídio Coletivo dos vigilantes do DF é adiado para próxima semana

O julgamento do dissídio coletivo entre os vigilantes e patrões no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região foi adiado para a próxima terça-feira, 12 de dezembro de 2017, às 14h. Marcado para julgamento na tarde de hoje, o item foi retirado da pauta de votações a pedido do próprio relator do processo.

O adiamento frustrou os cerca de 100 vigilantes que foram ao plenário do Tribunal para acompanhar o julgamento.

O deputado Chico Vigilante (PT) comentou o adiamento da votação. "A pauta não depende do Sindicato dos Vigilantes. Infelizmente, foi retirado da pauta porque o relator disse que há alguns pontos que ele vai esclarecer em seu voto", informou o distrital.

O julgamento do dissídio coletivo, no âmbito do TRT, se arrasta desde o mês de abril, quando foram esgotadas todas as tentativas de negociação com o sindicato patronal.

"Esperamos que no dia 12 seja mantida a pauta extraordinária, seja realizado o julgamento e que o TRT faça justiça social", finalizou.

Entenda o caso

Desde janeiro, a categoria dos vigilantes aguarda uma decisão sobre a convenção coletiva de 2017. Nas negociações prévias com os patrões houve acordo em relação ao reajuste e ao plano de saúde dos vigilantes. O reajuste de 6,58% deverá ser pago com data retroativa a 1º de janeiro.

As principais exigências do Sindicato dos Vigilantes e que os patrões querem implantar dizem respeito à manutenção do plano de saúde e à proibição do trabalho intermitente, o vigilante horista.

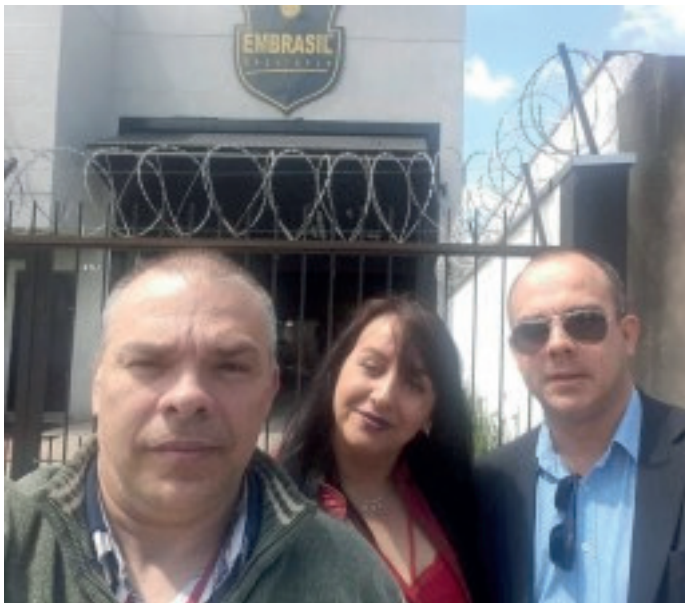
No decorrer do ano, foram realizadas diversas audiências de conciliação no Ministério Público do Trabalho e no Tribunal Regional do Trabalho entre os trabalhadores e os patrões. Todas sem acordo entre as partes.

Em abril, a categoria entrou em greve pelo período de dois dias para que a convenção coletiva fosse assinada. Em decisão, a Justiça determinou o retorno ao trabalho.

Já no âmbito do TRT, também foram realizadas duas tentativas de conciliação. No mês de setembro, os desembargadores rejeitaram a proposta de dissídio apresentada pelo sindicato patronal. Mesmo após essa derrota, os patrões ainda insistiram em implantar o vigilante horista e não pagarem pelos dois dias da greve.

Fonte: Ascom Chico Vigilante

Sindivigilantes do Sul fiscaliza escolta armada da Embrasil no aeroporto



Sindivigilantes do Sul tem atuado fiscalizando empresas e garantindo cumprimento aos direitos dos vigilantes

Uma fiscalização realizada pelo sindicato no Aeroporto Salgado Filho constatou que, por diversos dias, havia uma viatura com escolta armada da Embrasil do lado de fora, numa rua ao lado. Os vigilantes informaram que era uma determinação da Infraero e que a carga que estavam protegendo encontrava-se num galpão dentro do aeroporto.

Conforme a diretora Elisa Araújo, que foi ao local com a diretora Cristilorem da Luz, esta é uma situação irregular, pois a escolta deve permanecer próxima da carga. Naquela situação, os vigilantes podem ser detidos pela Polícia Federal por porte ilegal de arma, além de estarem mais expostos a riscos.

Tanto o aeroporto como a empresa foram notificadas pelo sindicato, mas a Infraero ainda não respondeu.

O assessor jurídico do sindicato Arthur Dias Filho, os diretores Leandro Benini e Eni Severo tiveram uma reunião com representantes da Embrasil. A empresa informou que vai tentar junto à Infraero um local para permanência da escolta nas dependências internas do aeroporto.

Também foi discutida outra situação irregular, a escolta armada que vem de Curitiba, sem carga, para fazer transporte do Rio Grande do Sul ao Paraná. Os representantes da Embrasil disseram que já estão providenciando para normalizar esta situação até fevereiro, no máximo.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF